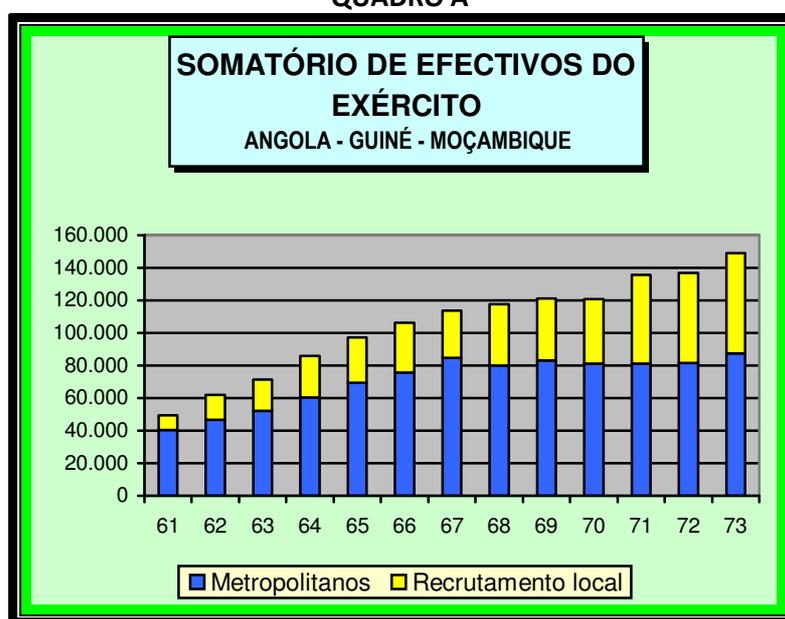


O 25 DE ABRIL DOS CAPITÃES

A chegada de Marcelo Caetano ao poder, em 1968, proporcionou um momento de grande expectativa na sociedade portuguesa. Com a morte política de Salazar, parecia surgir no horizonte uma oportunidade, longamente esperada, de reforma do regime, rumo a um completo retorno à democracia. Caetano era, sem sombra de dúvida, um político que evoluíra para posições mais liberais do que as consentidas pela ortodoxia do *Estado Novo*. Todavia, apesar de alguns sinais de abertura política e de um período de assinalável crescimento económico verificados durante o seu governo, a sociedade portuguesa não precisou de muito tempo para constatar que o regime se não reformaria por si próprio. Podemos hoje afirmar que o grande obstáculo para a sua evolução se situava na questão ultramarina: enquanto prosseguisse a guerra em Angola, Guiné e Moçambique, não haveria transição para a democracia.

A guerra – longa de treze anos – transformara-se, com o decorrer dos anos, num assunto quase exclusivamente vivido pelas Forças Armadas. A generalidade da população alheava-se do conflito, limitando-se a contribuir com as obrigações militares do sistema de recrutamento. Este, desde 1967 que atingira, na metrópole, o máximo da sua capacidade de mobilização. Os efectivos militares empregues nos teatros de operações, entretanto, não tinham cessado de subir, face a necessidades operacionais crescentemente complexas (Quadro A).

QUADRO A¹

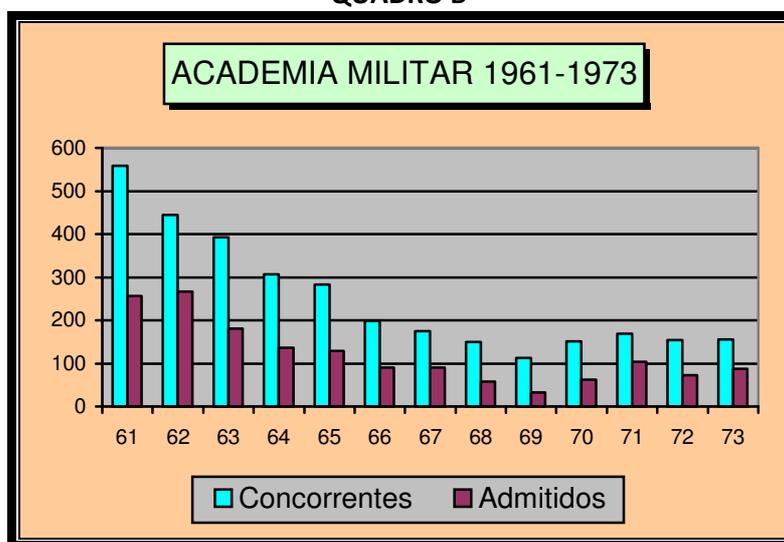


No que respeita ao Quadro Permanente (QP), o Exército debatia-se com sérias carências de recrutamento. A Academia Militar – escola superior do Exército que formava os oficiais profissionais em regime de voluntariado – tinha cada vez menos candidatos e, conseqüentemente, dela saíam quantitativos de quadros manifestamente insuficientes, mesmo numa perspectiva de tempo de paz (Quadro B). Outro tanto se passava no tocante aos concursos para acesso à classe de sargentos. Gerava-se, assim, uma situação gravíssima e desconcertante em que, perante o aumento dos efectivos, se verificava uma diminuição do

¹ Fonte do gráfico: EME, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74)*, 1.º Vol., p. 260.

pessoal do QP. Esta penúria de quadros reflectia-se negativamente na qualidade da instrução, na preparação das unidades de combate e no nível de disciplina das mesmas.

QUADRO B²



O desinteresse da juventude na escolha da carreira das armas espelhava, de forma eloquente, o afastamento mental existente entre a população e a política ultramarina do governo. Este afastamento, de resto, seria mesmo objecto de um magoado reparo publicado no *Jornal do Exército* de Julho de 1970, no qual se não escondia o ressentimento da Instituição Militar:

Esse esquecimento, por vezes quase alheamento, do que por lá se passa é uma ofensa para todo aquele que, generosamente, está combatendo e sacrificando anos da sua vida para o bem comum.

A indiferença generalizada pela tropa que vai e pela que regressa é, infelizmente, facto mais que comprovado para a quase totalidade das pessoas que ali não tenham parentes ou amigos...

A este alheamento da generalidade da população juntavam-se os ecos do isolamento internacional, a condenação da Igreja Católica – materializada na audiência concedida pelo Papa Paulo VI, em Julho de 1970, aos líderes dos movimentos que nos combatiam – e a injustíssima ideia, que então circulava na metrópole, de que “a guerra não acabava porque os militares estavam a encher-se de dinheiro”.

Em 1973, era já significativo o número de jovens oficiais do QP que considerava absurdo prosseguir um tremendo esforço de guerra em África **debaixo da suspeita de não ser essa a vontade da maioria do povo português**. Na sua generalidade, esses oficiais haviam sido formados segundo as regras do regime do *Estado Novo* e eram – tal como Humberto Delgado, Henrique Galvão e outros dissidentes – politicamente conservadores. No entanto, a necessidade de provocar a expressão da vontade popular iria encaminhá-los, decisivamente, para os rumos da democracia. Perdidas as esperanças de ver o regime reformar-se por dentro, e, sabendo que não podiam contar com a esmagadora maioria da hierarquia militar, comprometida com o regime, restava aos jovens capitães o caminho da revolta.

² Fonte do gráfico: EME, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74)*, 1.º Vol., p. 315.

As razões que levavam à revolta deste conjunto de militares não careciam, porém, de uma base doutrinária forte, porque decorriam de experiências e factos por ele conhecidos como por nenhum outro grupo social:

- Grave situação militar na Guiné e agravamento crescente em Moçambique;
- Debilidade do aparelho militar do Exército decorrente da escassez de oficiais e sargentos do quadro permanente;
- Isolamento político internacional, com reflexos directos na aquisição de armamento e equipamento moderno para as tropas combatentes;
- Custos financeiros da guerra rondando os 45% do Orçamento do Estado;
- Reconhecimento de que o Governo não possuía os meios para executar a sua política.

A estas vulnerabilidades, de carácter político, militar e económico, juntavam-se os penalizantes aspectos de natureza moral e social, já acima mencionados. Tudo somado, desenhava-se um cenário de progressivo esgotamento de meios que, forçosamente, haveria de terminar de forma dolorosa para Portugal. No seu livro *Portugal e o Futuro*, o general António de Spínola definia a situação nas vésperas da revolta militar desta forma expressiva:

Sobre os alicerces herdados da História, temos perante nós um futuro de prosperidade que é preciso construir. Na defesa desses alicerces se consome a Nação e, se não podemos aceitar a ideia de que seja em vão tanto sacrifício, tão-pouco podemos admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se.

São estas, no essencial, as motivações da revolta militar de 25 de Abril de 1974. Justifica-se, assim, o título que dei a esta crónica – *O 25 de Abril dos Capitães* – porque importa distingui-lo da revolução que se seguiu e que, legitimamente, transitará para a história como um *25 de Abril* de todos os portugueses, naturalmente com uma marcante participação do então criado *Movimento das Forças Armadas*. Mas de facto, como muito bem assinalou Melo Antunes, «a maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução».³

David Martelo

Publicado no “Jornal de Amarante” em 25-04-2001

³ MELO ANTUNES, *A Descolonização portuguesa: mitos e realidades*, In "História de Portugal" (Dir. Prof. João Medina), Ediclube, Alfragide, 1995, Vol. XIV, p. 182.